PLANO DE ATUAÇÃO 2026-2027

CAOMACE

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Herbet Gonçalves Santos

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

Antônio Iran Coelho Sírio

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO

Luís Laércio Fernandes Melo

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Diassis Alves Leitão

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GOVERNANÇA

Grecianny Carvalho Cordeiro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORA-GERAL

Maria Neves Feitosa Campos

VICE-CORREGEDOR-GERAL

Luiz Alcântara Costa Andrade

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Francisco André Karbage Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL

Iuri Rocha Leitão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEPLAN

SECRETÁRIO

Fabrício Bello Soares

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

EQUIPE TÉCNICA

Alessa Vivianne Bezerra Carvalho – Gerente de Modernização Administrativa

João Paulo de Almeida Costa - Analista Ministerial

Marina de Castro Ribeiro Barbosa - Técnica Ministerial

Marciana Isabely Martins Pereira - Técnica Ministerial

Karine Silva Santos - Residente

Antonio Rhendson Barboza de Oliveira - Residente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORA

Sheila Cavalcante Pitombeira

COORDENADOR AUXILIAR

Marcus Vinícius Amorim de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

Maryelce Coelho Costa Pompeu Brasil

Mikael Aragão de Vasconcelos

Ana Paula Pinehiro de Sousa

Letícia Marinho De Andrade Oliveira

APRESENTAÇÃO 5
PALAVRA DO CAOMACE 6
METODOLOGIA 7
DIAGNÓSTICO 8
PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOMACE 10
MAPAS ESTRATÉGICOS 18
CONCLUSÃO 19

APRESENTAÇÃO[1]

A elaboração dos Planos de Atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Recomendação nº 01/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que incentiva a adoção de instrumentos de planejamento e gestão capazes de fortalecer a atuação estratégica, a resolutividade e a unidade institucional. Isto porque, tais Planos constituem instrumentos de gestão destinados a promover o alinhamento entre as ações desenvolvidas pelas unidades e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Por meio deles, busca-se transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, orientando a atuação ministerial para resultados efetivos e para a geração de valor à sociedade.

A par disso, além do fortalecimento da cultura do planejamento, esses instrumentos contribuem para a priorização de temas relevantes, a definição de metas e ações, o acompanhamento dos resultados e a melhoria contínua da atuação institucional. Sua construção deve considerar as especificidades de cada unidade, os desafios do contexto de atuação e as demandas da sociedade, sempre em consonância com a missão constitucional do Ministério Público e no fortalecimento da atuação resolutiva, integrada e estratégica do Ministério Público do Estado do Ceará.

Assim, a presente Proposta de Atuação Ambiental para o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), estruturada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMACE) e elaborada com o apoio da Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa (SEPLAN), reflete o compromisso com o fortalecimento do Planejamento Estratégico Institucional, a busca por uma atuação resolutiva e unificada, consolidando um modelo de atuação preventiva, estratégica e orientada por evidências, fortalecendo a governança pública e a capacidade de antecipação e mitigação de riscos socioambientais.

[1] *Documento elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa, com apoio de Inteligência Artificial e validado pela área.*

Busca-se, também, resgatar uma premissa contemporânea para o Ministério Público do Ceará, consentânea com os desafios institucionais do século XXI, quando o MP não deve atuar apenas sobre ilícitos consumados, mas sobre riscos sistêmicos, vulnerabilidades territoriais e processos de degradação antes que eles se transformem em danos irreversíveis.

Para tanto, a proposta incorpora fundamentos teóricos de vanguarda como o Direito Ecológico, perseguindo a transição de uma lógica antropocêntrica para uma visão ecocêntrica de proteção dos sistemas naturais, a proteção prioritária dos grupos mais vulneráveis aos impactos ambientais, notadamente em razão dos eventos climáticos severos, a integração entre os entes federativos e a coletividade, buscando a implementação de ações e deliberações construídas com participação social efetiva, da academia e do setor produtivo, com transparência e técnica qualificada, e a preparação institucional antes da ocorrência dos eventos críticos.

Objetiva-se, pois, transformar o MPCE em um agente indutor da transição ecológica dos municípios cearenses, utilizando inteligência territorial, monitoramento preditivo e inovação colaborativa para prevenir danos ambientais e fortalecer políticas públicas sustentáveis.

PALAVRA DO CAOMACE

A proteção do meio ambiente no Estado do Ceará requer a superação de uma atuação fragmentada e reativa. Nosso compromisso é integrar o conhecimento científico, o uso de geotecnologias e a articulação interinstitucional, oferecendo aos Promotores de Justiça ferramentas estruturantes para sua atuação. Somente por meio da integração, da inovação social e de uma governança orientada por dados será possível assegurar a sustentabilidade das presentes e futuras gerações.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Atuação foi conduzida por meio de uma metodologia participativa, estruturada em etapas sucessivas de diagnóstico, análise estratégica e construção colaborativa das propostas de atuação. Quer dizer, a construção do plano seguiu uma abordagem participativa rigorosa (Quadro 1).

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos macrotemas relevantes para a área de atuação, os quais serviram de base para a definição do escopo do diagnóstico e para a construção dos instrumentos de coleta de dados. A partir desse trabalho preliminar, foi elaborado um formulário eletrônico na plataforma *Microsoft Forms* (*Microsoft* 365), direcionado a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará, com foco nas temáticas do meio ambiente e em aspectos de atuação transversal relacionados à área.

A coleta de informações ocorreu em maio de 2026, mediante a aplicação de questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando perguntas de múltipla escolha, escalas de percepção e espaços destinados ao registro de contribuições qualitativas. O objetivo foi obter um panorama abrangente sobre os principais desafios, oportunidades, necessidades e perspectivas identificados pelos membros do Ministério Público em sua atuação cotidiana.

Concluída a fase de coleta, os dados foram sistematizados e analisados sob diferentes perspectivas. Além da avaliação individual dos resultados, foram realizadas análises cruzadas entre variáveis e aplicada a metodologia da Matriz *SWOT*, possibilitando a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à área temática. Os achados dessa etapa subsidiaram a definição dos eixos estratégicos e dos programas que estruturam o presente Plano de Atuação.

Na etapa seguinte, foram realizadas, em agosto de 2026, as Oficinas de Elaboração dos Planos de Atuação, reunindo representantes da área para a construção colaborativa das propostas. Durante os encontros, foram aplicadas dinâmicas voltadas à definição do propósito institucional da área, dos objetivos específicos e das soluções estratégicas consideradas prioritárias para o período de vigência do plano. (Quadro 1)

Por fim, as contribuições obtidas nas oficinas foram consolidadas, organizadas e submetidas ao processo de validação final, resultando no presente Plano de Atuação, que

traduz a visão compartilhada dos participantes e estabelece as diretrizes, programas e iniciativas voltados ao fortalecimento da atuação institucional na área do meio ambiente.

Quadro 1 – Metodologia utilizada para elaboração do Plano de Atuação

Diagnóstico Participativo (Maio/2026	**Sistematização e Matriz *SWOT***	**Oficinas Colaborativas (Agosto/2026)**
Aplicação de questionário estruturado (Microsoft Forms) a todas as Promotorias de Justiça do Ceará para levantamento de percepções, gargalos e prioridades.	Avaliação quantitativa/qualitativa e análise cruzada de dados para mapeamento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.	Encontros de design estratégico para definição de propósito, objetivos específicos, indicadores e pactuação de metas para o ciclo 2026–2027.

Fonte: Elaborado pelo CAOMACE

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico evidencia que a atuação do MPCE na área ambiental é marcada por alta demanda, forte transversalidade e impacto coletivo relevante, mas ainda condicionada por fragilidades estruturais, especialmente na integração institucional, no suporte técnico-pericial e no uso sistemático de dados.

As respostas do *Form365* demonstram clareza quanto às prioridades — saneamento básico, desmatamento ilegal e licenciamento ambiental — e apontam que a atuação atual, embora comprometida e capilarizada, tende a ser reativa e pulverizada, em razão de limitações de governança e planejamento.

Ao consolidar percepções, dados objetivos e relatos qualitativos das Promotorias, o diagnóstico oferece uma base de conhecimento para orientar o Plano Geral de Atuação 2026–2027, permitindo ao MPCE avançar para uma atuação mais estratégica, estruturante e orientada por evidências, alinhada às diretrizes nacionais e às realidades locais do Ceará.

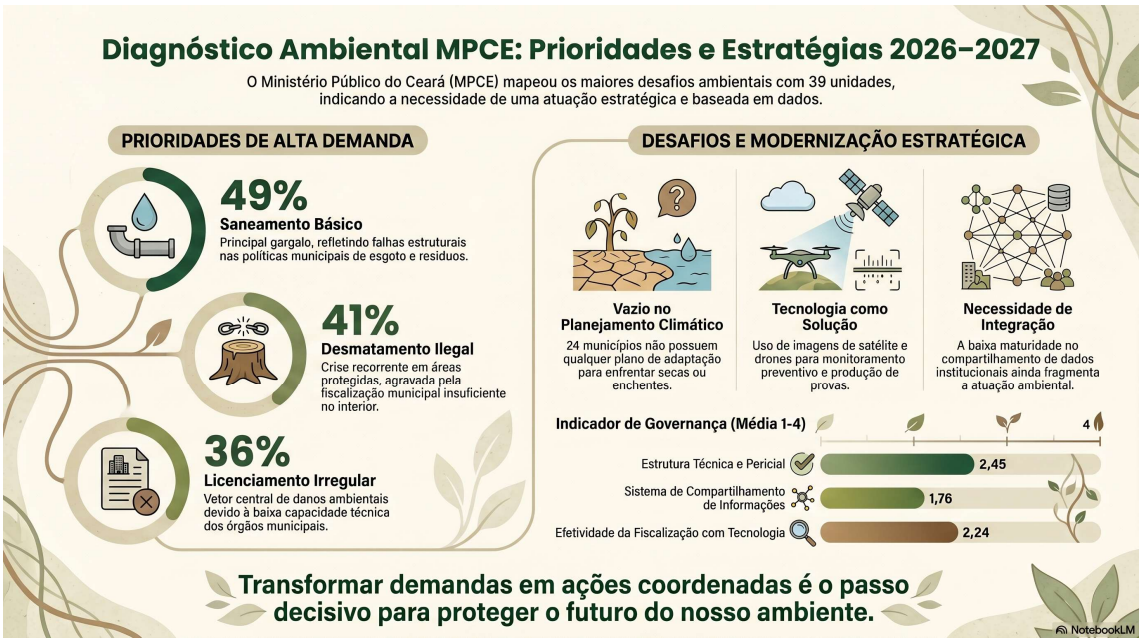
Todavia, não obstante haja a premente necessidade de transformar demandas recorrentes em ações coordenadas para que a atuação ambiental passe a prevenir danos ao invés de atuar de forma reativa, verificou-se, a partir do diagnóstico e dos eixos definidos no Plano de Atuação do CAOMACE, a necessidade de um projeto institucional de nova geração, concebido para reposicionar a atuação ambiental do MPCE de um modelo predominantemente reativo, como dito, para um modelo de governança ecológica antecipatória, orientada por dados, participação qualificada e justiça socioambiental.

Quadro 2 - Diagnóstico da realidade da atuação ambiental do MPCE

Dimensão	Diagnóstico Identificado	Direcionamento Estratégico
Gargalos Estruturais	Fragmentação de dados, falta de suporte técnico-pericial ágil e atuação reativa/pulverizada.	Criação de redes de inteligência de dados e automação de alertas de fiscalização.
Prioridades do MPCE	Saneamento Básico, Combate ao Desmatamento Ilegal e Regularidade do Licenciamento Ambiental.	Indução de políticas públicas com foco regionalizado e parcerias institucionais.
Visão do Futuro	Mudar o paradigma de atuação pontual para soluções estruturantes e coletivas.	Atuação resolutiva focada na entrega de valor socioambiental sustentável.

Fonte: Caomace

Figura 1 - Infográfico



PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOMACE

Propósito da Unidade

Conectar conhecimento, instituições e sociedade para qualificar a fortalecer a proteção ambiental e ampliar os resultados de uma atuação ambiental mais estratégica e efetiva ao MPCE.

EIXO TEMÁTICO: MEIO AMBIENTE

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Específico nº 1: Induzir políticas públicas para proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e para proteção animal

Soluções propostas e Escopo Operacional

1. Campanhas Educativas de Impacto Coletivo

Escopo

Produção de conteúdos multimídia, realização de seminários/oficinas, criação de materiais paradidáticos para escolas e apoio às Promotorias na mobilização comunitária.

Indicadores de Resultado

- Percentual de participantes com ampliação de conhecimento validada pós-evento.
- Número de municípios e instituições alcançados.
- Nível de engajamento digital e adesão presencial.

2. Desenvolvimento de Serviços Públicos Criativos e Viáveis

Escopo

Mapeamento de boas práticas, desenvolvimento de modelos replicáveis de gestão para municípios (ex.: castramóveis, parques lineares culturais), articulação com universidades e *startups* socioambientais.

Indicadores de Resultado

- Número de modelos/projetos replicáveis sistematizados pelo CAOMACE.
- Quantidade de municípios que adotaram formalmente os modelos propostos.
- Percentual de iniciativas municipais ativas após 12 meses de implantação.

3. Articulação de Redes com Sociedade e Poder Público para a proteção do Patrimônio Cultural

Escopo

Criação e fortalecimento de fóruns, comitês interinstitucionais e redes de mediação socioambiental para pactuação de compromissos para ampliar a efetividade das ações de proteção ao Patrimônio Cultural.

Indicadores de Resultado

- Número de fóruns/redes interinstitucionais instituídos ou fortalecidos na tutela do patrimônio Cultural.
- Quantidade de Acordos de cooperação e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) coletivos firmados destinados à proteção do Patrimônio Cultural
- Percentual das ações pactuadas efetivamente executadas na Defesa do Patrimônio Cultural.

Objetivo Específico nº 2: Fortalecer soluções estruturantes em saneamento, resíduos sólidos e saúde ambiental

Soluções propostas e Escopo Operacional

1. Governança e Articulação Interinstitucional de Saneamento

Escopo

Integração entre MPCE, agências reguladoras (ARCE/ARFOR), prestadores de serviço, consórcios públicos e gestores municipais; compartilhamento de bases georreferenciadas.

Indicadores de Resultado

- Quantidade de órgãos integrados às instâncias permanentes de governança.
- Número de protocolos de cooperação e planos de ação regionais formalizados.
- Percentual de municípios acompanhados que disponibilizam dados estruturados/abertos.

- Percentual de Planos Regionais e Municipais de Saneamento Básico e de Gestão de Resíduos implementados em execução

2. Aprimoramento do Projeto "Esgotamento Legal" e Mobilização Comunitária

Escopo

Revisão metodológica do projeto para superação de gargalos de adesão; campanhas focadas na obrigatoriedade e benefícios da conexão regular à rede de esgoto.

Indicadores de Resultado

- Percentual de aumento de conexões efetivas à rede de esgoto nos municípios prioritários (Regiões Metropolitanas).
- Taxa de redução de ligações ociosas nas áreas contempladas.
- Percentual de moradores esclarecidos sobre os ganhos para a saúde pública em pesquisas de percepção.
- Redução do número de ligações ociosas nas regiões atendidas pelo projeto

3. Campanha Integrada de Educação e Corresponsabilidade em Resíduos Sólidos:

Escopo

Sensibilização da população sobre coleta seletiva, encerramento de lixões e saúde ambiental por meio de rádio, TV, redes sociais e redes de ensino.

Indicadores de Resultado

- Evolução dos índices municipais de adesão à coleta seletiva e segregação de resíduos
- Alcance total das campanhas educativas (populações/Municípios)
- Quantidade de instituições integradas às instâncias de governança ou articulação promovidas pelo CAOMACE.

- Percentual de municípios acompanhados que passaram a disponibilizar ou compartilhar dados estruturados sobre saneamento e resíduos.

Objetivo Específico nº 3: Aprimorar a prevenção, a fiscalização e a responsabilização de desmatamentos decorrentes de licenciamentos irregulares

Soluções Propostas e Escopo Operacional

1. Padronização Técnica e Segurança Jurídica no Licenciamento

Escopo

Elaboração de Notas Técnicas, Manuais de Boas Práticas, capacitação conjunta para órgãos licenciadores e Promotorias de Justiça, e monitoramento de alterações legislativas flexibilizatórias.

Indicadores de Resultado

- Número de capacitações, oficinas ou encontros teóricos realizados com órgãos ambientais licenciadores e Promotorias de Justiça
- Quantidade de instrumentos orientadores (Notas Técnicas/Guias) editados pelo CAOMACE.
- Percentual de órgãos municipais de meio ambiente que adotaram os critérios padronizados.

2. Fiscalização Proativa e Monitoramento por Geotecnologias

Escopo

Uso intensivo de imagens de satélite, alertas do MapBiomas e integração de bases com órgãos de fiscalização (SEMACE, IBAMA, BPChoque) para pronta interrupção de desmatamentos.

Indicadores de Resultado

- Extensão (hectares) e número de áreas protegidas/licenciadas monitoradas remotamente.
- Quantidade de operações integradas de fiscalização executadas.
- Percentual de autuações/irregularidades que resultaram em medidas corretivas, TACs, Ações Civis Públicas ou reparações administrativas

Objetivo Específico nº 4: Criar o Laboratório de Governança Ecológica e Justiça Climática do Ceará

Soluções Propostas e Escopo Operacional

1. Observatório Cearense de Inteligência Ambiental

Escopo

- Desenvolvimento de Painel dinâmico de riscos ambientais do Ceará, integrando dados de diversas plataformas, tais como: MapBiomas, INPE, Cadastro Ambiental Rural, ANA, CAGECE, SEMACE, IBAMA, ICMBio, FUNCEME, IPECE, Plataforma de Resíduos Sólidos e Dados climáticos.
- Instituição do Índice Municipal de Vulnerabilidade Ambiental (IMVA), com indicadores de saneamento, resíduos sólidos, áreas protegidas, desmatamento, queimadas, patrimônio cultural, proteção animal, segurança hídrica, risco climático.

Indicadores de Resultado

- Percentual de municípios monitorados com classificação atualizada no IMVA
- Percentual de procedimentos ambientais instaurados com utilização de dados do Observatório

2. Sistema de Alerta Antecipado para Atuação Ministerial

Escopo

- Desenvolvimento de solução para geração automatizada de alertas estratégicos para atuação preventiva das Promotorias de Justiça, substituindo a lógica de atuação após o dano pela atuação baseada em alertas em casos de aumento de desmatamento, risco de colapso hídrico, crescimento de focos de calor, avanço de ocupações irregulares ou falhas em aterros sanitários, por exemplo.
- Desenvolvimento do Mapa Estadual de Áreas Prioritárias para Atuação Ambiental.

Indicadores de Resultado

- Percentual de alertas estratégicos que geraram atuação ministerial preventiva
- Tempo médio entre emissão do alerta e adoção da primeira medida institucional

3. Programa Municípios Resilientes

Escopo

- Certificação promovida pelo MPCE para Municípios participantes, avaliados em cinco dimensões: Governança Ambiental, Saneamento Básico, Resíduos Sólidos, Clima e Biodiversidade.
- Divulgação de ranking positivo dos Municípios, como mecanismo indutor de boas práticas.
- Criação do Mapa Estadual dos Municípios que utilizam as boas práticas.

Indicadores de Resultado

- Percentual de municípios com evolução positiva na certificação ambiental.
- Percentual de municípios participantes que implementaram pelo menos uma nova boa prática ambiental.

4. Rede Cearense de Justiça Climática

Escopo

- Mapeamento das populações mais vulneráveis aos impactos ambientais: comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, zonas costeiras, áreas sujeitas à desertificação, regiões afetadas por escassez hídrica.
- Desenvolvimento do Atlas Cearense da Justiça Climática, como ferramenta de apoio à atuação ministerial.

Indicadores de Resultado

- Percentual de populações vulneráveis mapeadas e incorporadas ao Atlas Cearense da Justiça Climática
- Percentual de atuações ministeriais direcionadas por informações do Atlas

5. Projeto Caomace Digital

Escopo

- Construção de uma representação virtual do estado, permitindo: monitorar cobertura vegetal; acompanhar expansão urbana; avaliar evolução de áreas protegidas; simular cenários climáticos; prever impactos de grandes empreendimentos.
- Implantação de um sistema integrado de governança ambiental ministerial capaz de: orientar a atuação das Promotorias por critérios de prioridade e risco; produzir conhecimento estratégico para apoio à atuação finalística; induzir políticas públicas municipais e regionais; ampliar a atuação preventiva e consensual; fortalecer a proteção ambiental baseada em evidências; aumentar a efetividade e a resolutividade institucional.

Indicadores de Resultado

- Percentual de procedimentos estratégicos ambientais apoiados por análises do sistema.

- Taxa de resolutividade das demandas ambientais priorizadas pelo sistema.

MAPAS ESTRATÉGICOS

Mapa Estratégico Nacional



Mapa Estratégico Setorial



CONCLUSÃO

O presente Plano de Atuação representa o compromisso do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente com o fortalecimento de uma atuação cada vez mais estratégica, integrada e orientada para resultados. Sua construção foi fundamentada no diálogo com os membros do Ministério Público, na análise dos principais desafios ambientais do Estado e na identificação de soluções capazes de ampliar a efetividade da atuação institucional.

Ao priorizar temas estruturantes como a proteção animal e do patrimônio cultural, o saneamento básico, a gestão de resíduos sólidos, a saúde ambiental e o enfrentamento ao desmatamento decorrente de licenciamentos irregulares, o plano busca induzir transformações duradouras nas políticas públicas e fortalecer a proteção dos direitos difusos e coletivos relacionados ao meio ambiente.

Mais do que um instrumento de planejamento, este Plano de Atuação constitui um direcionador para a atuação articulada entre o CAOMACE, as Promotorias de Justiça e os diversos atores públicos e sociais envolvidos na temática ambiental. Sua implementação contribuirá para consolidar uma cultura de prevenção, cooperação, inovação e tomada de decisão baseada em evidências, ampliando a capacidade do Ministério Público do Estado do Ceará de gerar resultados concretos em benefício da sociedade e das futuras gerações.